

# Educação e crise econômica

Vicente Barretto \*

A descrença e o menosprezo pelos efeitos modificadores e até revolucionários, que a educação pode gerar em determinadas circunstâncias, caracterizam a atuação do governo brasileiro nos últimos anos. No lugar de uma política educacional voltada para a massa da população brasileira, os governos deixaram-se tomar por ondas sucessivas de euforia, e a sociedade, por ondas de depressão.

A última depressão ocorreu no ano passado, quando o Tribunal Superior Eleitoral, ao realizar o cadastramento eleitoral, constatou que cerca de 70% dos eleitores brasileiros não tinham o 1º grau completo. Este número é o resultado das vagas de euforia, a primeira das quais apareceu há cerca de 20 anos, quando se erigiu o ensino profissionalizante como a solução para os males que afligiam a educação nacional. Na mesma época, outra vaga de euforia trouxe como conseqüência a multiplicação dos estabelecimentos de ensino superior; outra, mais recente, difundiu a crença de que a construção de escolas e a distribuição de merenda garantiriam por si só a qualidade do ensino.

Enquanto estas ondas espalhavam-se e o recursos da educação esvaíam-se em programas que não respondiam às reais necessidades do país, deixava-se o ensino básico à má-troca. De reforma em reforma, de uma outra experiência pedagógica, o ensino de 1º e de 2º graus foi decaindo até chegar à situação atual: os professores ganhando cada vez menos e o desempenho das escolas públicas — e da maioria das particulares — tornando-se cada vez mais deficiente.

Algumas tentativas foram feitas para reverter este quadro. Pecaram, no entanto, por dois erros elementares. Primeiro, pensar que a questão educacional resolve-se com números, isto é, havendo número suficiente de salas de aula, de professores e de merenda, o ensino torna-se espontaneamente de qualidade; o segundo erro, muito comum entre tecnocratas e economistas, consiste em reduzir o problema educacional à gerência administrativa do sistema de ensino, acreditando-se que torná-lo mais "produtivo" é condição suficiente para garantir a sua eficiência. Ambas as respostas fracassaram por não atingirem o cerne do desafio educacional.

Nenhuma ocasião é mais oportuna do que esta para se implantar no Brasil uma política educacional conseqüente. O governo eleito comprometeu-se com a recuperação do desenvolvimento econômico e social, e, também, com as demandas — entre elas, prioritariamente, a educação — da maioria de seus eleitores, provenientes das classes C e D. Torna-se, assim, imperativo que a educação seja pensada como algo mais do que mera questão administrativa; é necessário que ela se torne um dos instrumentos de atendimento desses segmentos populacionais deixados à deriva da História.

A maioria dos países industrializados fez, durante a segunda metade deste século, profundas reformas no ensino básico. Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e União Soviética repensaram o ensino dado nas escolas de 1º e de 2º graus em virtude da necessidade de atender às exigências culturais e econômicas da sociedade industrial. Isto porque foram constatadas distorções comuns aos

diferentes sistemas de ensino, e que podem ser compreendidas em poucas palavras. As escolas vinham preparando alunos que não se adaptavam à sociedade industrial, por não terem absorvido os conhecimentos básicos que os habilitassem a trabalhar com tecnologias cada vez mais complexas. Esta inadequação, entretanto, nada tinha a ver com o preparo técnico-profissional; constatou-se que o ensino técnico-profissional não dava os frutos imaginados porque os alunos não sabiam ler, escrever e contar com segurança.

O problema do analfabetismo nos países industrializados apresenta semelhanças com o caso brasileiro, e sobre elas é necessário refletir. Para entendermos estas convergências é necessário, em primeiro lugar, parar de gastar tempo e energia contando o número de analfabetos. Entre outras razões porque este número de nada nos adianta: como vimos acima, o fato de o aluno ter cursado uma escola não garante que tenha adquirido o conhecimento básico necessário.

A pergunta que fica no ar e exige uma resposta imediata é: o que vem a ser um analfabeto nas condições atuais do Brasil? Esta resposta não será encontrada nas experimentações pedagógicas e, muito menos, com ideologizações que remetem o problema educacional para o futuro

longínquo a ser implantado pela revolução. O desafio da educação tem a ver com o que se ensina dentro da sala de aula e como esse conhecimento é relevante para que o aluno se situe no mundo e possa integrar-se no processo de desenvolvimento da nação.

A qualidade do ensino está evidentemente ligada ao professor. O professor de 1º grau recebe um salário aviltante, que expressa a distorção essencial da

educação brasileira: o ensino básico é sacrificado, principalmente, onde deveria ser mais prestigiado, no Ministério da Educação. Reflete esta despreocupação o próprio orçamento do MEC, onde cerca de 50% destinam-se às universidades federais. Isto significa que a prioridade da educação brasileira, que deveria ser o atendimento de milhões de brasileiros sem escola ou com escola de baixa qualidade, encontra-se fora das preocupações governamentais.

O fato de que o ensino básico, de acordo com a Constituição Federal, é da competência do município não permite que o governo federal possa lavar as mãos neste terreno. Somente a União tem meios de, modificando suas próprias estruturas, fazer com que a descentralização seja um instrumento de desenvolvimento. Pelo menos até que a Federação seja de fato restaurada e os municípios se tornem administrativamente adultos, a União terá de assumir a dupla responsabilidade de provê-los de recursos para o ensino de 1º grau e ensinar-lhes como usá-los.

O combate à inflação e a manutenção de níveis sustentados de desenvolvimento passam necessariamente pela educação básica da população. A construção de uma sociedade industrial e moderna supõe a participação de todos no processo produtivo e na cidadania, principalmente das classes C e D, que foram historicamente alijadas dos benefícios da modernidade. Qualquer esforço de recuperação econômica que não tenha na educação básica um de seus principais agentes estará, assim, condenado ao fracasso.

**“A qualidade do ensino está evidentemente ligada ao professor, cujos salários aviltantes expressam a distorção essencial da educação brasileira”**